

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202602/0474

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Educação, Ciência e Inovação

Orgão / Serviço: Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I. P.

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: A detida na origem, com a possibilidade de negociar posição remuneratória seguinte

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Os postos de trabalho são no Departamento de Apoio Jurídico e Contencioso, Unidade de Apoio Jurídico, departamento que integra a orgânica da Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I.P., cujas competências se encontram descritas no artigo 11.º da Portaria n.º 296-A/2025/1, de 5 de setembro, traduzindo-se a atividade a desenvolver neste contexto, essencialmente de consultoria jurídica, também em articulação com a Unidade de Contencioso do mesmo DAJC, na prestação de apoio técnico em matéria de projetos de diplomas legais, regulamentares e outros instrumentos normativos, de natureza específica; no âmbito da celebração e execução dos contratos interadministrativos e do processo de descentralização de competências; no apoio a procedimentos administrativos e na emissão de parecer no âmbito de impugnações administrativas de atos praticados pelo conselho diretivo, bem como em processos relativos ao pessoal docente e técnico dos estabelecimentos de educação e ensino, no âmbito das atribuições da AGSE, I. P.; na consultoria jurídica ao sistema educativo, sem prejuízo das competências de outros órgãos, serviço e organismo; em assegurar o tratamento das denúncias relativas à AGSE, I. P., rececionadas numa plataforma de gestão do canal de denúncia, em articulação com o Departamento da AGSE, responsável pela sua gestão; na preparar de normas e instruções, no âmbito da atividade do Departamento, procedendo aos correspondentes estudos.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Direito

Grupo Área Temática

Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Direito

Área Temática

Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I. P.	2	Av. Infante Santo, n.º 2, 1.º/2.º	Lisboa	1350178 Lisboa	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 2

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Conhecimentos sólidos e experiência na área do direito público e em especial do direito administrativo, dos Códigos do Procedimento Administrativo e do Processo nos Tribunais Administrativos, do Código dos Contratos Públicos, dos regimes gerais enquadramentos da Administração Pública e dos trabalhadores em funções públicas, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Código do Trabalho e legislação complementar, da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações e diplomas regulamentares, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, do Código Civil e das normas de legística e redação de textos normativos, entre outros diplomas relevantes;

Gosto pelo trabalho em equipa, pela partilha de informações, conhecimentos e práticas, e pela promoção da troca de ideias no ambiente de trabalho;

Capacidade de aquisição e aplicação do conhecimento especializado, da análise crítica da informação;

Orientação para a resolução de problemas, para formular propostas e equacionar soluções viáveis no quadro jurídico aplicável;

Capacidade de adaptação e flexibilidade à mudança, de interação com os sistemas tecnológicos, tendo em vista a melhoria contínua;

Capacidade de planeamento e organização pessoais, no contexto organizacional do DAJC;

Bom relacionamento interpessoal;

Espírito de iniciativa e motivação e orientação para ética e deontologia no serviço público;

Boa fluência verbal e escrita e facilidade de exposição de ideias e pontos de vista;

- Condição preferencial: conhecimentos e experiência na aplicação da legislação aplicável à educação e aos docentes dos ensinos básico e secundário, designadamente, do regime especial da carreira docente, do regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação, do regime de avaliação do desempenho docente, dos regimes de recuperação do tempo de serviço docente e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e demais legislação complementar.
- Deverão possuir conhecimentos sólidos em direito administrativo, dando-se preferência a candidatos com grau de mestre ou doutor e com experiência profissional superior a 10 anos.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recrutamento@agse.pt

Contacto: 21 781 16 00

Data Publicitação: 2026-02-16

Data Limite: 2026-03-03

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

A candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido à Diretora do Departamento de Apoio Jurídico e Contencioso, Dra. Fátima Calado Bexiga, do qual conste, obrigatoriamente:

- A modalidade de vínculo de emprego público detida;
- O serviço de origem;
- A carreira, categoria, posição e nível remuneratórios, bem como o respetivo montante;
- A morada, contacto telefónico e endereço eletrónico;
- A identificação expressa do código da oferta de emprego a que se candidata.

A candidatura deve ser enviada para o seguinte endereço eletrónico: recrutamento@agse.pt.

A candidatura deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

- Currículo profissional detalhado, datado e assinado;
- Cópia simples do documento comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração atualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na carreira, na categoria e no exercício de funções públicas, bem como a posição remuneratória detida.

O presente aviso será igualmente publicitado no sítio eletrónico da Agência para a Gestão do Sistema Educativo, I. P. (<https://agse.pt/>)

Método de seleção:

A avaliação e seleção das candidaturas será efetuada através da realização de entrevista profissional de seleção, destinada a apreciar o cumprimento dos requisitos de admissão, bem como a experiência profissional e as competências dos candidatos. Apenas serão convocados para a entrevista os candidatos que reúnam os requisitos legalmente exigidos.

Em cumprimento do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), informa-se que os dados pessoais recolhidos no âmbito do presente procedimento serão utilizados exclusivamente para efeitos do recrutamento, sendo tratados e conservados nos termos legalmente previstos. O consentimento para o tratamento dos dados pessoais deve constar do requerimento de candidatura, podendo os interessados exercer, a todo o tempo, os direitos de acesso, retificação e oposição, nos termos da legislação aplicável.